

CAPÍTULO 8

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO CEARÁ

Cláudio de Oliveira Lima⁴⁹
Karine Pinheiro de Souza⁵⁰
Maria Marcigleide Araújo Soares⁵¹
Rogers Vasconcelos Mendes⁵²

1. Introdução

O presente estudo contextualiza a expansão da Educação a Distância e a sua importância no estado do Ceará com o desafio da inclusão digital e da formação docente. Nessa direção, o texto apresenta um breve histórico das políticas educacionais na área de EaD, especificamente no que se refere à sua constituição enquanto política de formação continuada para professores e a implementação do Centro de Educação a Distância (CED), atualmente reestruturado na perspectiva de Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED). A pesquisa, assim, caracteriza-se pelo método de estudo de caso (YIN, 2010) e toma como parâmetro a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE).

Nesse sentido, quando se fala em ensino a distância, estão a se expandir os processos formativos para além da sala de aula com a amplitude de atendimento de uma rede educacional. Mas antes de tudo, é importante demarcar a compreensão que temos de educar como um ato de libertação (FREIRE, 2000) e que exige um processo de ensino e aprendizagem intencional, sistematizado, que se concretiza por meio de políticas que promovem o atendimento às necessidades dos alunos.

49 Graduação em Letras (UVA). Professor do Ensino Médio da rede pública estadual do Ceará. Professor e artista.

50 Pós-doutorado – UAveiro e Doutorado em Educação – Universidade do Minho (Portugal) e Professora da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Atua na Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE).

51 Pós-Graduação em Controladoria e Auditoria Contábil, pelo Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú (IADE). Orientadora da Célula de Produção de Material Didático da Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE).

52 Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Secretário Executivo do Ensino Médio e Educação Profissional/SEDUC.

Com isso, ao incluir a tecnologia, é preponderante saber que concepções de educação estão vinculadas, ou seja, não é apenas o aspecto técnico. Entretanto, a inserção de uma técnica atrela-se a uma política de formação e dos referenciais de qualidade para a Educação o que, conseqüentemente, aponta a metodologia, isto é, quais os novos mecanismos de comunicação, portais, conteúdos com acessibilidade e multirreferencialidade.

Dessa maneira, o estudo realizado, no âmbito do ensino básico, caracteriza as políticas de EaD no estado do Ceará, por meio de uma abordagem qualitativa da análise dos documentos e dados institucionais, a partir das evidências encontradas sobre as contribuições da CODED/CED para a educação cearense.

A coleta de dados foi efetuada mediante os registros de todas as atividades realizadas nas coordenadorias. Com base nesses elementos quantitativos, estruturou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), no intuito de caracterizar a expansão da Educação a Distância e sua importância no estado do Ceará como mobilizadora de acessibilidade e inclusão na formação docente e discente.

O artigo está estruturado em caracterização histórica a partir do contexto da educação cearense com a implantação do então Centro de Educação a Distância (CED), em que se insere a temática, a análise e a discussão das contribuições dessa instituição na expansão da EaD no Estado, bem como as considerações finais sobre o estudo proposto.

2. Do conceito ao breve histórico da EaD – Panorama Nacional e Estadual

No Brasil, as primeiras iniciativas para com o uso do computador com fins educativos foram na década de 1970. Os estudos de Maria Cândida Moraes (1997), em seu resgate histórico, reforçam a necessidade de políticas públicas que fomentem a transformação da sociedade, para assim, apoiar a formação numa perspectiva de inclusão digital, como elemento fundante para garantir os direitos.

O grande desafio que se evidencia com a leitura de Moraes (1997), ao buscar a base progressista da educação em Freire (2000, p. 68), é lembrar que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Isso mobiliza uma discussão em relação aos recursos que auxiliam nesse processo de mediação no mundo, para que o escopo formativo esteja além da técnica, na tentativa de superar os “modismos” de que basta ter recurso tecnológico para que a aula seja inovadora, mas, sobretudo, para trazer um uso crítico e criativo desses recursos.

Por isso, a justificativa do papel fundante da formação como centro do debate sobre a inserção das tecnologias na educação redefine, conseqüentemente, o papel do docente com a utilização desse novo aparato, para estar focado no aluno e no processo de ensino e aprendizagem (BEHAR, 2012).

A objetividade desse posicionamento educacional é fundamental para esclarecer reflexões sobre o papel do educador/educando, de forma que o mesmo deixe de ser

mero transmissor e/ou reproduzidor neutro (teoria fincada numa pedagogia behaviorista) para ser aquele que questiona e mobiliza a transformação social com as tecnologias, como nos alerta Souza (2014, 2016).

A caracterização de como se utiliza essa modalidade coaduna-se à compreensão de que ela pode trazer mudanças significativas para a política educacional. Isso leva a clarificar que a educação é um direito de todos, reconhecendo a Constituição Federal de 1988 – capítulo III, seção I, onde lê-se no art. 206 – “os princípios de igualdade de condições, liberdade de aprender, ensinar, divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Destaca-se a Educação a Distância como uma modalidade que pode ampliar esses princípios e possibilitar o acesso às informações a serviço de todos.

Nesse sentido, entende-se que a educação a distância é um meio de propiciar um maior acesso, por esta apresentar alternativas variadas de oferta, podendo ser com momentos presenciais ou com “professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação” (MORAN, 2013, p. 1).

Essa caracterização, demarcada pelo autor, compreende a relação professor e aluno, separados por distância física, em que o ensino e a aprendizagem ocorrem por meio de processos interativos com a utilização de voz, de vídeos, de dados, de impressão e, algumas vezes, de comunicação presencial.

De acordo com os estudos (COSTA, 2012; SOUZA, 2014), o avanço das tecnologias impacta nos processos educacionais e nas modalidades de ensino, pois influencia a forma como ensinamos e aprendemos, desde a época das correspondências, canal de televisão, material estruturado, até hoje, com a utilização de ambientes virtuais, que mobilizam mudanças nos processos interativos. Isso demarca um novo modelo de formação, que muda de acordo com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

A criação do World Wide Web, vulgarmente conhecido por WWW ou Web, por Tim Berners-Lee (1996), também marca mudanças significativas na Internet e nas novas formas de interatividade, o que interfere na utilização de ferramentas interativas e nas possibilidades de formação (COSTA, 2012).

Ao fazer o link dessa breve análise técnico-pedagógica com a efetivação das políticas de inclusão digital e das necessidades formativas das competências necessárias para o docente atuar nesse mundo marcado por mudanças digitais, pode-se caracterizar o processo de implantação destas políticas que, no Brasil, na década de 1990, foram chamadas de Informática na Educação.

Um dos documentos que apontam essa interferência é o relatório do Ministério de Educação (BRASIL, 1997) sobre o Programa Nacional de Formação em Tecnologias na Educação (ProInfo), voltado à época para o apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Sua proposta não apenas buscava o acesso, mas a formação docente e a valorização do aluno para o exercício da cidadania.

Com vistas a otimizar o uso de recursos materiais e humanos, a ação estava pautada em um trabalho colaborativo entre MEC e estados de acompanhamento da implementação do programa, em que as universidades eram parceiras nos processos formativos.

De acordo com dados do relatório (BRASIL, 2000), os recursos humanos eram, então, o foco da estratégia do programa, cujos métodos foram: professores capacitando outros professores; técnicos de suporte formados com visão pedagógica; alunos capacitados tecnicamente para manter equipamentos e software trabalhando de acordo com o planejado pelas escolas; gestores educacionais capacitados para gerenciamento de projetos educacionais que utilizam tecnologia.

De forma a especificar a lente para o trabalho de uma rede de formação no estado do Ceará, no final da década de 1990, foram implantados os Núcleos de Tecnologia Educacionais – NTE, por meio do Decreto nº 24.790, de 10 fevereiro de 1998, coordenados por um Núcleo de Educação a Distância – NUEAD (com atuação na sede da SEDUC) e que também se vinculava às políticas federais (CEARÁ, 2005; 2006; 2007). O NUEAD orientava a lotação dos NTE em cada regional cearense, os quais eram compostos por professores efetivos, em regime de 40 horas semanais, de maneira a desenvolver trabalhos com a informática educativa nos laboratórios.

Algumas pesquisas evidenciam a disseminação dos programas formativos no Estado, dentre elas os estudos de Souza (2009), que iniciaram um processo de implantação de projetos de forma a envolver a adesão aos programas do Governo Federal como o ProInfo, com vistas à política de inclusão digital, que se constituiu na parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. Nesse período, o foco era a descentralização, que se ancorava na formação continuada dos professores da rede pública desde o acesso, a formação e o conteúdo. Institucionalmente, a política de atuação do estado do Ceará estava de acordo com a nacional, voltada para ampliação formativa na área, com a adesão técnica dos estados e o apoio nos processos formativos. A gestão e o monitoramento dessa ação aconteceram por meio do NUEAD que, conforme os estudos de Ferreira (2004), demarcou a descentralização dos processos formativos no Estado à luz de uma política federal com efeito multiplicador, pois em cada regional implementava-se a formação e o acompanhamento.

Apesar dos ranços sobre a qualidade, o processo de aprendizagem, a confiabilidade e a substituição do trabalho docente, estes são resistências que demarcam a necessidade de compreensão da referida modalidade e suas potencialidades.

Todo esse processo formativo foi visto como uma forma de inclusão social e, no caso em estudo, particularmente do estado do Ceará, por se tratar de um ente federativo que possui uma considerável expansão territorial, onde nem sempre é possível o ensino presencial abranger todas as regiões, devido a vários fatores (econômicos, estruturais e recursos humanos, dentre outros), destacava-se a importância da implantação de ações que pudessem descentralizar os processos formativos.

Mesmo com as dificuldades de implantação, a ampliação desse modelo formativo decorre de algumas resistências, por isso foi contemplado com novas metodologias de interação. De acordo com estudos de Furtado e Souza (2009) não existia, no Estado, uma política específica de formação e acompanhamento com base na EaD, mas uma ação de parceria entre os governos federal e estadual a partir da implantação dos programas: TV na Escola e os Desafios de Hoje, Programa Intel Aprender, Ceará Em Rede/Portal Aprende Brasil/Positivo, e-Proinfo e portais parceiros, tais como: Educarede e River Walk. No Estado, um dos primeiros portais criados para atuar

com a formação de professores foi o Portal Revir@ Ceará, que permitia interação entre docentes e discentes por meio de projetos de aprendizagem.

Mesmo diante desse avanço e do grande crescimento de demanda formativa no Ceará, ainda existem os contratempos técnicos de acesso, disponibilidade de máquinas para maior número de alunos nas escolas, além de uma formação voltada para o letramento digital.

Esse resgate histórico, embasa o trabalho do Estado para a caracterização de uma política própria voltada à área da tecnologia educacional, que será descrita a seguir.

3. Panorama tecnológico e de formação docente do estado do Ceará

O Ceará inicia o contexto de um plano tecnológico unicamente estadual com vistas a ampliar a oferta formativa, desde a integração de portais e a criação do então Centro de Educação a Distância (CED), com o seu ambiente virtual próprio. Para definir esse processo paulatino, caracterizam-se os procedimentos de aquisição de equipamentos como também os sistemas utilizados pela SEDUC que, a partir de 2007, passa a adquiri-los pelo próprio Estado, de acordo com a ata de registro de preços no Sistema Geral de Ata de Registro de Preços⁵³. Assim, este processo passa a ser descentralizado.

Quanto à questão central, esta sempre esteve nos aspectos pedagógicos, por isso o processo de ensino e aprendizagem foca-se na formação de professores, de forma gradual e contínua, sendo que essa construção vai depender das relações que esses protagonistas estabelecem com o ambiente, com o conhecimento e com os outros, bem como das suas percepções e representações da realidade concreta que os formam.

Com isso, eis o desafio do Estado em instituir um centro que integrasse ações com a Educação a Distância, por essa razão, criou-se o Centro de Educação a Distância (CED), com o intuito de trabalhar em conjunto com as demais coordenações da SEDUC, o qual será melhor descrito posteriormente.

O estado do Ceará também faz uso de alguns portais educacionais, que são uma espécie de escola virtual, funcionam como instâncias de aprendizagem novas, onde encontram-se textos comentados e selecionados, recursos interativos, jogos, animações, interfaces síncronas e assíncronas.

Seguem alguns portais para implementação do acompanhamento escolar que o Estado possui:

1. Professor On-line: Espaço no qual o professor terá acesso aos dados de sua vida funcional como matrícula, escolas que já trabalhou, tempo de serviço etc. O mesmo tem também um diário virtual de sala de aula, com todas as suas turmas, escolas que trabalha, registros fotográficos de todos os alunos, mapa de notas e frequência, espaço para propor atividades e disponibilizar arquivos e recursos educacionais, integrado ao Aluno On-line.

2. Aluno On-line: Espaço no qual o aluno acompanha sua rotina escolar como frequência, notas, calendário acadêmico, eventos escolares, além de ter acesso a materiais disponibilizados pelos professores como livros digitais, vídeos etc. O acesso é via matrícula e registra toda a vida escolar dos alunos.

As escolas preenchem os portais com os seus próprios projetos e com sua demanda por serviços especializados, da mesma forma que a base de dados científica, a qual depende da produção dos pesquisadores gestada, principalmente, nas universidades. Por isso, em muitos portais encontramos informações sobre as escolas parceiras. Os portais funcionam como uma plataforma de escolas ampliando as particularidades da sua unidade escolar, uma vez que dão visibilidade aos projetos desenvolvidos em outras unidades de ensino.

3. EaD SEDUC: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) destinado a fomentar a formação continuada mediado por plataformas educacionais. O acesso é limitado por login e cada professor tem ingresso individual o que, não necessariamente, permite a inscrição em todos os espaços. Cada curso ou comunidade de aprendizagem é composto por espaços de discussão (fórum), ferramenta síncronas (Chats), repositório de arquivos (bibliotecas), além das possibilidades de envio de documentos para avaliação e *feedbacks* (tarefas e questionários). Cada espaço é criado com um fim específico, podendo ser tutoriado ou não.

4. A atuação do Centro de Educação a Distância (CED) – 2013 a 2018

Como dito antes, diante da necessidade da criação de uma política estadual para expansão da Educação a Distância, o CED foi criado em 2013 pelo então governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes, por meio da Lei Estadual nº 15.321, de 04 de março de 2013.

A referida instituição ficou vinculada, inicialmente, à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) e, posteriormente, à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), conforme Lei Estadual nº15.627, de 20 de junho de 2014. Sendo inaugurada em 2014, com ênfase no uso das tecnologias digitais da informação e comunicação e no desenvolvimento de sistemas, mídias e multimídias digitais, com foco na melhoria da qualidade da educação, por meio das modalidades de ensino semipresencial e educação a distância.

O CED foi constituído com a finalidade de desenvolver, prover suporte, gerar e receber atividades de Educação a Distância (EaD), de modo a viabilizar o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão em diferentes níveis e áreas do conhecimento, nas diversas dimensões da EaD (CED, 2015), de maneira a atuar com a coordenação de mídias *web*, conteúdos teóricos, como também produção de animações, imagens e projetos gráficos para as publicações impressas e *web*, além da coordenação de apoio ao uso de tecnologias e da assessoria aos profissionais da educação básica para o uso destas.

Dessa forma, é perceptível a construção de todo um trabalho colaborativo para dar infraestrutura à formação, assessoria em EaD, produção de material e elaboração de sistemas de avaliação, conforme detalhamento abaixo:

1. Formação: Oferta de cursos de formação de professores-tutores para EaD e de produção de materiais para EaD. Todo o planejamento das formações é integrado às diretorias, departamentos e coordenações da SEDUC. A estruturação das formações é feita por meio de diálogos constantes para definir professores-tutores, discutir as mídias utilizadas, organizar o ambiente do curso, definir ações de monitoramento e assessoria na realização, quanto ao curso que será realizado.

2. Assessoria para EaD: Contato com os departamentos da SEDUC e instituições parceiras para orientação e auxílio quanto à rotina e aos procedimentos do curso, bem como à forma que os conteúdos serão disponibilizados – impressa, digital e televisiva. Também oferece apoio na organização do trabalho dos coordenadores de tutoria.

3. Produção de material: Elaboração de materiais teóricos e guias para os cursos ofertados em EaD e orientação aos departamentos da SEDUC na elaboração de material específico para esse fim.

4. Avaliação e registro: Elaboração de instrumentos de avaliação, sistematização das avaliações nos cursos e manutenção da página do CED.

Para isso, dispõe de uma estrutura física com uma área de 12.764,76 m², que conta com aporte de 43 espaços destinados e equipados para o desenvolvimento humano, social e tecnológico. Para além de espaço para a montagem de biblioteca, salas de aula multimidiáticas, salas de videoconferência, estúdio de rádio, estúdio de TV, auditórios com capacidade para mais de 300 pessoas, laboratórios de Física, de Biologia, de Matemática, de Química e de Informática

Figura 1 – Fachada da CODED/CED



Fonte: Chlco Gomes (2019).

Figura 2 – Auditório



Fonte: Chlco Gomes (2019).

Figuras 3 e 4 – Laboratórios

Fonte: Chico Gomes (2019).



Fonte: Chico Gomes (2019).

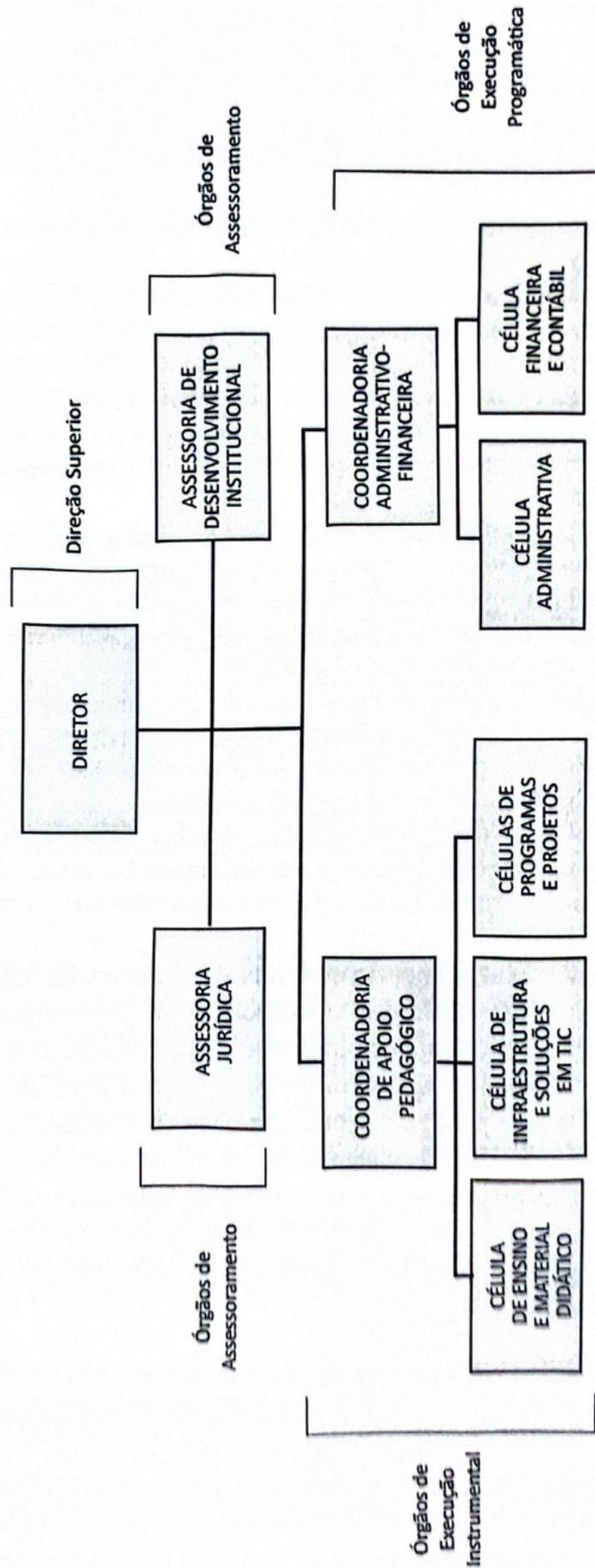
No estado do Ceará, as políticas que incorporam as TIC aos sistemas educativos evidenciam-se quanto a sua dimensão pedagógica, estrutural e social, que são acompanhadas pelo relatório CED/2016. Na então coordenadoria de apoio pedagógico, as ações centravam-se em três dimensões (CEARÁ, 2013):

1. Ensino e material didático – construção de conhecimento, projetos/pesquisa, interação/ comunicação, diversidade/acessibilidade;
2. Infraestrutura e soluções de TI – criação de sistemas e infraestrutura física, lógica, elétrica, portabilidade de mídias com foco em requisitos técnico-funcionais;
3. Célula de programas e projetos – inclusão digital, social, comunidade escolar, empregabilidade, dentre outras parcerias com instituições locais (eventos abertos para diferentes públicos).

É possível ilustrar a estruturação inicial da instituição a partir do organograma (CEARÁ, 2013) abaixo.

Figura 5 – Organograma

CENTRO DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA DO ESTADO
DO CEARÁ (CED)



Fonte: Ceará (2013).

O decreto estadual nº 31.194, de 15 de abril de 2013, “Dispõe sobre a estrutura organizacional, a distribuição e a denominação dos cargos de direção e assessoramento do Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará”.

As competências do CED, de acordo com o Art. 8º de seu regimento, que foram atribuídas pelos órgãos deliberativos do Estado do Ceará, são as seguintes:

- I-assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no estado do Ceará;
- II-apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EaD;
- III-promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- IV-desenvolver projetos, atividades e programas em EaD, em parceria com outras instituições públicas e privadas;
- V-promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD.
- VI-estimular e assessorar as iniciativas e experiências em EaD, e a elas dar suporte;
- VII-apoiar e incentivar a execução de programas e projetos institucionais em EaD;
- VIII-propor normas de organização, planejamento, gestão e avaliação de EaD;
- IX-promover o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e administrativas em novas tecnologias aplicadas a EaD;
- X-qualificar docentes, tutores e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- XI-estimular o uso de recursos tecnológicos apropriados à educação a distância, conforme as características da atividade a ser executada e do seu público alvo;
- XII-promover a realização de eventos sobre assuntos relacionados à EaD;
- XIII-estimular a produção intelectual, científica e cultural em temas ligados à EaD;
- XIV-promover o estudo permanente das disposições legais acerca da EaD, tendo em vista a adoção de medidas para as adequações que se fizerem necessárias.

Nesse sentido, compreende-se que toda a estrutura organizacional, com seus recursos humanos, está voltada para o alcance da missão de produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento, gratuito e de qualidade, nos diversos campos do saber, por meio da formação de diretores, de professores, de estudantes e de todos os profissionais da rede pública de educação básica do estado do Ceará, da capital e do interior. Na modalidade de ensino semipresencial e de educação a distância.

Para clarificar a ampliação desses espaços de saber, apresenta-se alguns dados quanto ao atendimento no que se refere aos cursos apresentados e às suas respectivas ofertas para que se possa refletir sobre o impacto no atendimento formativo no Estado e os desafios de sua expansão.

Quadro 1 – Quantidade de cursos ofertados 2014 – 2018

Público alvo	2014	2015	2016	2017	2018
Aluno	-	12	18	24	07
Professor	06	11	11	50	86

continua...

continuação

Público alvo	2014	2015	2016	2017	2018
Gestor Escolar	-	-	-	02	26
Livre Oferta	-	-	01	-	-
Total	06	23	30	76	119

Fonte: Elaboração dos autores (2019).

Reconhecendo que o foco para estabelecer um programa formativo é o acompanhamento, destaca-se que as estratégias do Estado se focalizaram em ampliar o número de professores, alunos e gestores capacitados, bem como o planejamento da escola voltado para o uso interdisciplinar e contextualizado das TIC. Com base nessa análise quantitativa, esclarece-se que se tem, ao total, um crescente no atendimento (2014 a 2018) de 504%.

Quadro 2 – Caracterização das ofertas de cursos

Quantidade de certificação por curso					
Público alvo	2014	2015	2016	2017	2018
Alunos	-	880	1.997	1.848	617
Professores	336	1.612	2.705	4.045	10.734
Gestor Escolar	-	-	-	4.319	596
Livre oferta	-	-	17	-	-
Total	336	2.490	4.719	10.212	11.947

Fonte: Elaboração dos autores (2019).

É importante destacar que, em 2018, um dos cursos que certificou 882 professores, os quais participaram do seminário de socialização das práticas docentes materializadas na sala de aula como desdobramento das proposições dos cursos, faz parte do Programa de Formação Continuada de Professores: Itinerários Formativos. Alguns desses trabalhos foram selecionados e publicados na Revista Docentes e, em 2019, os autores foram convidados para apresentá-los na XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará.

Em 21 de dezembro de 2018, por meio da Lei nº 16.710, o CED passou por uma ampla reestruturação organizacional, foi extinto e institui-se como Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância(CODED/CED), desde então.

5. Considerações sobre a Dimensão Técnico-Pedagógica do CED

O processo de implantação do CED propiciou a criação de uma política própria, que aponta o Ceará como um estado pertencente a um grupo que atua na inserção de políticas de Inclusão Digital no Brasil, com vistas a atender de forma gratuita

e de qualidade a formação docente e diferentes setores da comunidade escolar. Nesse sentido, essa modalidade educacional insere-se dentro de um contexto político educacional.

Numa conjuntura macro, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no avanço da aprendizagem, nos anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, teve 100 escolas avaliadas como as melhores do Brasil nesta etapa da educação básica, sendo que 77 são escolas cearenses.

Entretanto, é válido destacar que o governo estadual não pode comemorar com tanta intensidade quando, no mesmo registro do Ideb de 2018, o ensino médio no Ceará ficou abaixo da média prevista.

Para o enfrentamento do problema do não cumprimento da meta do Ideb no ensino médio, tem-se direcionado uma metodologia em que todo ensino das áreas curriculares possa impactar no resultado de uma aprendizagem significativa. Tal direcionamento é justificado pelo entendimento que somente um ensino pautado em competências e habilidades possa recolocar o conhecimento como prática e reflexão do contexto e do como fazer, por que fazer, para que fazer e o que deve e o que não deve ser feito.

Com isso, uma das vias de aprofundamento da aprendizagem através das competências e habilidades é a formação do próprio professor. Na implementação dos diversos programas formativos, principalmente, no que se refere à formação continuada, o foco centrou-se na modalidade EaD.

Como pode-se observar no levantamento histórico, no fim de 2018, o CED é extinto (Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, art.63) e suas competências são absorvidas pela SEDUC. A partir de 2019, a Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED) retoma um importante canal formativo, o Programa de Formação Continuada de Professores: Itinerários Formativos.

O programa de formação continuada supracitado inscreveu quase 5.000 professores em 2019, os quais estavam lotados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e nos ambientes pedagógicos como Laboratórios Educacionais de Informática (LEI), Laboratórios Educacionais de Ciências (LEC) e Centros de Múltiplos Meios.

O seminário, ao final de cada itinerário, com 10 horas-aula, constitui-se como o grande momento do referido programa, sendo a culminância para a partilha das práticas desenvolvidas em sala de aula, as quais já foram experimentadas pelos professores e baseadas na formação dos cursos, de forma a mobilizar a aplicação dos conhecimentos nele trabalhados.

Assim, a SEDUC reforça a orientação de fazer uso dos diversos espaços da escola como instâncias pedagógicas e intensifica as experiências de práticas didáticas e metodológicas que atendem aos requisitos de uma aprendizagem dinâmica, significativa e equânime.

Além disso, é importante destacar a busca de alternativas capazes de viabilizar uma política de inclusão digital e formação de professores, que coaduna com a regulamentação dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, em que constam indicadores que devem ser observados na produção de materiais didáticos (NEVES, 2003) para que a atuação da política de educação a distância do

Ceará possa atentar sobre os aspectos da qualidade, da apresentação e da metodologia, bem como de orientações de atividades e pesquisa com o intuito de “estimular o aluno a ter o prazer de voltar para ali; ou seja, seduzi-lo” (NEVES, 2003, p.1).

Outro aspecto observado é a flexibilidade, um outro diferencial que faz com que o aluno se sinta parte do curso, pois, dependendo da abordagem, os materiais didáticos rompem com o modelo padronizado de ensino, adequam-se às necessidades dos alunos. Além dos vários modelos de cursos e metodologias para aprendizagem on-line, o educador que trabalha na EaD e E-learning desenvolve a experiência educacional, cognitiva e social.

O desenvolvimento pedagógico está voltado para as necessidades do educando, esclarecendo que a concepção do curso não pode ser desenvolvida isoladamente apenas por um design instrucional, mas todos os pares da área pedagógica e técnica, nesse sentido as equipes da SEDUC, das coordenadorias demandantes, são convidadas a validar e observar os materiais construídos, para que os mesmos possam ser utilizados de forma adequada.

Com isso, os cursos virtuais utilizam várias mídias, têm os atributos de navegabilidade e uso de interfaces que promovem o processo interativo. Ademais, eles estabelecem estratégias de gestão e acompanhamento para garantir o fluxo de ações educativas e comunicacionais. Ressalta-se que muitos materiais utilizados, até o ano de 2018, foram produzidos em parceria com instituições de ensino superior, tais como a Universidade Federal do Ceará – UFC Virtual, com os seus recursos educacionais abertos.

Todo esse aparato pedagógico somente pode ser potencializado com os recursos tecnológicos e uma orquestra composta por gestores, professores, conteudistas, tutores, equipe pedagógica e alunos voltados para a construção da aprendizagem on-line.

6. Considerações finais

Evidencia-se a relevância de uma política pública estadual para ampliar o atendimento de formação dos diversos campos de saber, com modalidades de ensino quer seja de forma semipresencial, quer seja a distância, em que devem estar ancorados processos de mediação e acompanhamento contínuo com avaliação e tutoria, de forma a atender com eficácia as necessidades formativas.

A realização dessas formações em EaD revelam a integração de estratégias que repercutem no acesso, no atendimento a ritmos diferenciados de estudo, seja com alunos e/ou professores da educação básica, com a personalização de estilos e ritmos de aprendizagem, adaptando-se às características institucionais e regionais, com experiências externas, parcerias com o governo federal, como também a identidade da criação de uma instituição própria do estado para dar vazão às demandas reais formativas: no contexto curricular, organização do trabalho didático e temáticas diversas para uma melhor organização de ensino cearense.

REFERÊNCIAS

BEHAR, P. A.; SILVA, K. K. A. Mapeamento de Competências: Um foco no aluno da Educação a Distância. **Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, n. 3, s.p., 2012. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo20/artigos/5a-ketia.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BERNERS-Lee, T. **The World Wide Web: Past, Present and Future**. 1996. Disponível em: <http://www.w3.org/People/Berners-Lee/1996/ppf.html>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional-ProInfo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2007.

BRASIL. **Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (LVSIB)**. Tadao Takahashi (org.). Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.socinfo.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância/MEC. **Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO**: Diretrizes. Brasília, 1997.

CEARÁ. **Decreto nº 32.959, de 13 de fevereiro de 2019**. Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Diário Oficial do Estado. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/06/5_dec_32959_doe_1302_2019_p-42a46.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

CEARÁ. **Decreto Estadual nº 31.194, de 15 de abril de 2013**. Dispõe sobre a estrutura organizacional, a distribuição e a denominação dos cargos de direção e assessoramento do Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará (CED). Diário Oficial do Estado. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/53297925/doece-caderno-1-17-04-2013-pg-5>. Acesso em: 4 out. 2019.

CEARÁ. **Lei nº 15.321, de 4 de março de 2013**. Altera dispositivos da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, e alterações subsequentes, cria o Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará – CED e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/2729-lei-n-15-321-de-04-03-13-d-o-08-03-13>. Acesso em: 8 out. 2019.

CEARÁ. **Lei nº 15.627, de 20 de junho de 2014**. Altera dispositivos da Lei nº 15.321, de 4 de março de 2013. Diário Oficial do Estado. Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4399-lei-n-15-627-de-20-06-14-d-o-02-07-14>. Acesso em: 8 out. 2019.

CEARÁ. **Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, altera a estrutura da administração estadual. Diário Oficial do Estado. Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2019/01/LEI-N%C2%BA16.710-21-de-dezembro-de-2018.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

CEARÁ. **Revisão do Plano Plurianual 2012 – 2015**. Disponível em: <http://sistemas2.seplag.ce.gov.br/download/ppa-revisado/anexo1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

CEARÁ. SEDUC. Coordenadoria de Formação Docente e Educação a Distância. **Planejamento Estratégico 2019**. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2019.

CEARÁ. SEDUC. **História do Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic>. Acesso em: 4 out. 2019.

COSTA, Fernando Albuquerque *et al.* **Repensar as TIC na Educação**. O Professor como Agente Transformador. Lisboa: Santillana, 2012.

FERREIRA, Germânia Kelly Furtado. **Diagnóstico do Programa Nacional de Informática Educativa no Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Computação) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2004.

FERREIRA; SOUZA. Políticas de Inclusão Digital: ranços e avanços. 2009. *In*: Congresso Internacional de Educación a Distancia CREAD/MERCOSUR/SUL 2009-UDEC, 13., **Anais [...]**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2896>. Acesso em: 15 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

MORAES, M. Cândida. Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. MC Moraes. **Brazilian Journal of Computers in Education**, v. 1, n. 1, p. 19-44, 1997.

MORAN, José. **O que é a educação a distância**. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

ROMÃO, Eliana Sampaio; NUNES, Cesar Aparecido. Ensinar e aprender a distância: que mais importa? **Revista EDaPECI**, São Cristóvão, SE, v. 13. n. 2, p. 262-277, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/1298>. Acesso em: 15 out. 2019.

SILVA, M. (org.). **Educação On-line – teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, M. (org.). **Formação de professores para docência on-line**. São Paulo: Loyola, 2012.

SOUZA, K. Novos paradigmas educacionais: rompendo com as tendências tradicionais para as novas formas de aprender em rede. In: SOUZA, K. P.; RIBEIRO, R. A.; SANTIAGO, C.T.; AMORIM, R. F. (org.). **Jornadas virtuais: vivências práticas das tecnologias educativas**. Fortaleza: SEDUC, 2016. 150 p. E-book.

SOUZA, K. Políticas de Inclusão Digital e suas repercussões no Estado do Ceará. In: Congresso Internacional da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, **Anais [...]**. 2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/cd/trabalhos/2462009173527.pdf> Acesso em: 2 jul. 2019.

SOUZA, K. **Tecnologias da Informação e Comunicação e Empreendedorismo: os novos paradigmas e aprendizagens de jovens empreendedores e as suas inovações tecnológicas**. 2014. 659 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2014.

SOUZA; SILVA. **Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación**, UDC/Uminho, v. 1, n. 2, p. 103-110, 2014. DOI: 10.17979. ISSN: 1138-1663. ISSN: 2386-7418.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.